

# Em nome de um campo de pesquisa: antropologia (s) do parto no Brasil contemporâneo

*In the name of a field of research:  
anthropology (s) delivery in contemporary  
Brazil*

**Rosamaria Carneiro**

*rosagiatti@yahoo.com.br*

*Professora Adjunta da Universidade de Brasília (UnB). Doutora em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP). Pesquisadora nas seguintes áreas e temáticas: antropologia da saúde, antropologia urbana, saúde coletiva, saúde sexual e produtiva e marcadores sociais da diferença.*

## RESUMO

Este artigo se dispõe a recuperar algumas das reflexões antropológicas brasileiras sobre o parto produzidas nos últimos anos. Ressalto, no entanto, que não se trata de um inventário exaustivo, mas de um exercício de mapeamento de etnografias que parecem, contemporaneamente, configurar um campo particular de pesquisa. Nesse sentido, a ideia central é sinalizar a importância e centralidade da temática, as suas implicações teóricas e possibilidades de diálogo, haja vista ser possível pensar a partir da parturição sobre pessoa, gênero, corpo e saúde no Brasil contemporâneo. Para, por último, aventar a possibilidade de uma relação recentemente tecida entre antropólogas, antropologias, partos e seus partos; algo que me parece interessante para pensarmos os limites, dilemas e singularidade da antropologia brasileira produzida na atualidade, tendo por recorte as etnografias produzidas sobre experiências de parto, modelos de assistência ao parto, movimentos sociais e maternidades.

Palavras-chaves: Partos. Antropologias brasileiras. Antropólogas.

## ABSTRACT

This article sets out to regain some of anthropological reflections on Brazilian labor produced in recent years. I emphasize, however, that this is not an exhaustive list, but a mapping exercise on ethnographies that appear to, simultaneously, configure a particular field of research. In this sense, the central idea is to signal the importance and centrality of the subject, its theoretical implications and possibilities of dialogue, considering it is possible to think about from parturition on person, gender, body and health in contemporary Brazil. To, finally, consider the possibility of a newly woven relationship between anthropologists, anthropology, births and their births, something that seems interesting to me to think the limits, dilemmas and uniqueness of Brazilian anthropology produced today, with the cut ethnographies produced on birthing experiences, models of delivery care, social movements and maternity.

Keywords: Births. Brazilian anthropology. Anthropologists

Neste artigo, disponho-me a recuperar reflexões antropológicas brasileiras que se dispuseram a pensar sobre a experiência do parto nos últimos anos. De saída, saliento que não pretendo esgotar a questão ou inventariar as obras, mas rememorar algumas das pesquisas e escritos, com o intuito de sinalizar a configuração e a importância desse campo de pesquisa que parece ganhar fôlego.

Isto posto, a ideia maior é traçar linhas de pesquisa e fricções com outros campos no interior da disciplina, sem nunca querer esgotar autores e/ou frestas de debates; pensando, ao final, em como atualmente essa seara desponta atravessada por experiências pessoais e políticas, tecendo, então, pontos e contrapontos entre antropologia, antropólogas e partos e seus partos. Para isso, me valerei da dinâmica de um grupo de trabalho (GT)<sup>1</sup> que coordenei sobre o assunto em uma REA/ABANNE, fazendo dessa experiência uma trama interessante para pensarmos articulações e implicações.

## Entre teses e dissertações: antropologias e/do partos no Brasil

A antropologia da saúde brasileira, segundo Langdon, Follér e Maluf (2012) em recente e elucidativa revisão bibliográfica, teria tido contornos nos anos de 1970, com uma agenda de pesquisa orientada às práticas alimentares, classificação de alimentos puros/impuros, universo simbólico de tabus e das ditas “comidas reimosas” em nossa sociedade, como sugere, por exemplo, o trabalho de Peirano<sup>2</sup> sobre os pescadores do Ceará. Era uma agenda de pesquisa comum entre Museu Nacional/UFRJ e UnB<sup>3</sup>. Par a par com seu desenvolvimento, surgia também, na região nordeste, a antropologia da saúde tecida também com recorte de classe, com as pesquisas, por exemplo, de Parry Scott (1986)<sup>4</sup> no Recife e Luís Fernando Dias Duarte (1986)<sup>5</sup> e, depois, enquanto disciplina, em 1983, na Pós-graduação de Ciências Sociais da UFSC por iniciativa de Jean Landgon.

É nos anos 80, que dão seguimento do que denominam de “formação” do campo de pesquisa, que vemos o estudo da saúde ganhar outras direções e passar a pensar sobre a relação entre indivíduo e sociedade, notadamente nos estudos feitos nas camadas cariocas pela escola de Gilberto Velho<sup>6</sup> (1981) e teorias sobre a pessoa (DUARTE, 1986). Isso somado ao surgimento das pesquisas sobre saúde mental e manicômios<sup>7</sup> e saúde sexual e reprodutiva, com o advento do movimento feminista e sua repercussão na academia. Ou seja, de uma antropologia dos outros passamos a pensar a saúde entre nós, no contexto urbano, deixando a periferia e passando ao centro, passando a pensar a saúde por todos os lados (CARRARA, 1998), numa interface entre religião, ciência, emoções e pessoa.

Não por acaso, me parece ser que nesse contexto despontem os primeiros trabalhos sobre parto, pessoa e características dos brasileiros no espaço urbano em nossa antropologia. Não que tenha sido o primeiro estudo sobre a parturição no Brasil, não de maneira incidental, entre outras temáticas, mas, possivelmente, um que tenha tomado a experiência como experiência propulsora, de maneira centralizada, a partir da qual outras tantas questões puderam ser pensadas. Fazendo, assim, o caminho inverso, a saber, partindo do parto para outras questões.

Tania Salem, em *O casal igualitário: disposições e dilemas de uma disposição igualitária*, tese de doutorado defendida no Museu Nacional/UFRJ em 1987, sob a orientação de Gilberto Velho, explora a noção de pessoa e de parceria no “um que é dois”, a partir de uma interpretação doumontiana e,

portanto, individualista da noção de pessoa, pensada, nesse caso, a partir das experiências de parto natural ou parto sem dor entre as camadas médias cariocas dos anos 80. A antropóloga debate, para tanto, o projeto de ter um filho e o preparo do casal quanto ao parto e criação natural, tendo realizado a etnografia entre casais de camadas médias, adeptos da contracultura e de um estilo de vida alternativo. Dessa forma, é a ideia de pessoa na cultura brasileira, nesse grupo em especial, que então ganha destaque a partir de sua tese.

Na década seguinte, em 1993, deparamo-nos com a tese de Dulce Gualda, *Eu conheço minha natureza: um estudo etnográfico da vivência do parto*, sobre as representações de parto, de “natureza feminina” e de corpo, a partir de um estudo etnográfico de tais percepções femininas de parto. Este trabalho, ainda que não produzido em um programa de pós-graduação em antropologia, aponta para a importância que a antropologia conquista no interior das ciências da saúde. Vê-se, então, um olhar centrado nas práticas e representações femininas e uma pesquisa que de cunho antropológico realizada, porém, por uma doutoranda em Enfermagem na Universidade de São Paulo. Esse é um dos trabalhos que retoma a clássica disjunção natureza/cultura, tão cara ao campo da saúde e da antropologia.

Os anos de 1990 podem ser lidos como os anos do boom das pesquisas sobre AIDS, sexualidade e gênero nos departamentos, grupos de pesquisa e programas de antropologia no Brasil. De mesmo modo, como anos nos quais, passada a movimentação social em torno da assistência integral à saúde da mulher (PAISM, 1984), muito se produziu e pensou sobre a dissociação entre sexualidade/reprodução, direitos sexuais, homossexualidades e direitos humanos.

Talvez, justamente por isso, a questão do parto tenha contado com menos luz e saliência. Talvez porque pensada com reafirmação da maternidade e da reprodução, em um período em que o que se propugnava era a liberdade sobre o próprio corpo, a AIDS como epidemia, a sexualidade e direitos sexuais. Nesse período, Simone Grilo Diniz defende sua dissertação de mestrado, em 1996, *Assistência ao parto e relações de gênero - elementos para uma releitura médico-social*, trazendo para a Medicina Preventiva o aporte da historiografia como o que descortina recortes e relações de saber/poder, orientadas pelo gênero, no uso e manejo das técnicas médicas no parto. Sua pesquisa nos possibilita perceber o processo de construção da ideologia do “pessimismo sexual reprodutivo” orientado às mulheres e o esvaziamento da dimensão sexual da reprodução, no que denominou de necessária “erotização da reprodução”. Essa é uma obra que, ainda que não proveniente da antropologia, denota a importância da categoria de gênero no processo de reflexão sobre ciência, cuidado e técnica médica na década de 1990. Vale dizer que nela se sente a influência dos movimentos feministas, de acadêmicas e da questão da saúde da mulher.

Entretanto, em que pese a importância e pioneirismo desses estudos no campo da saúde sexual e reprodutiva e crítica à assistência médica vigente, parece-me que é a partir dos anos 2000 que a antropologia brasileira passa a se dedicar ao parto enquanto tema central e atual. Nessa fase, teses e dissertações são produzidas nos cursos de pós-graduação em antropologia e em algumas faculdades de saúde, mas com uma leitura influenciada pela etnográfica. É nesse momento em que aparecem reflexões sobre o ideário do parto humanizado<sup>8</sup> e temáticas como ativismo social, corpo, sexualidade, gênero, pessoa, relações sociais de poderes e saberes, todos pensados a partir das práticas e experiências contemporâneas de parto. E o interessante é que nesses trabalhos, as antropologias da saúde, das moralidades, das emoções e da religião se veem imbricadas e muitas vezes elucidando ou problematizando uma a outra.

Isto talvez se deva ao fato de, nessa época, ter crescido a movimentação social de mulheres e de profissionais de saúde brasileiros ao redor da crítica ao número de cesáreas no Brasil<sup>9</sup>, das práticas e procedimentos técnicos invasivos e de rotina nas cenas de parto<sup>10</sup> e de organização de mulheres e profissionais de saúde ao redor da ReHuNa (Rede de Humanização do Nascimento), do advento da CARTA DE FORTALEZA (2000)<sup>11</sup>. Esse cenário e suas consequências podem ter contribuído para que antropólogas tenham se interessado pela temática e em etnografar a rotina da articulação social, práticas de parteiras populares, noção de pessoa e de corpo dos casais e das gestantes adeptas do parto humanizado, natureza/cultura, saberes e a relação paciente/cuidador na atualidade, entre outros temas.

Essa última década é recheada de trabalhos antropológicos que tematizam a questão. Logo em seu começo, temos a dissertação de mestrado de Sonia Hotimsky (2001), *Parto e nascimento no ambulatório e na Casa de Partos da Associação Comunitária Monte Azul: uma abordagem antropológica*, defendida na Faculdade de Saúde Pública da USP. Nesse caso, ao contrário de Gualda, é uma antropóloga que depois dá seguimento em sua formação no campo da saúde, porém, notadamente, influenciada pelo olhar etnográfico. Em seu trabalho, Hotimsky reflete sobre público, classe social e as particularidades de uma proposta institucional de humanização do parto a partir do cotidiano da CASA DE PARTO<sup>12</sup> do Morro Azul na cidade de São Paulo, uma das poucas casas de parto no Brasil. Esse é um dos primeiros trabalhos a debater a humanização do parto enquanto ideia e quais poderiam ser as suas consequências; articulando propostas, profissionais e técnicas diferenciadas, sem deixar de refletir sobre a busca desse outro modelo de parto e suas possíveis explicações. Nesse sentido, Hotimsky traz também à cena um estudo centrado nos novos ou outros profissionais de saúde orientados pela humanização do nascimento.

Depois de seu trabalho, em 2004, Carmen Susana Tornquist defende sua tese de doutorado no PPGAS da UFSC, intitulada *Parto e Poder: análise do movimento pela humanização do parto no Brasil*, sob a orientação de Miriam Grossi. Este trabalho inicia a discussão sobre parto e ideário da humanização no cenário da antropologia brasileira. Em sua etnografia, numa pesquisa de fôlego notável, a antropóloga explora os agentes, a dinâmica e tensões do movimento de humanização do parto, sua relação com o feminismo e distanciamentos, tendo, para tanto, pesquisado três instâncias ou platôs de campo: uma maternidade escola que se pretende humanizada; os cursos de formação do governo federal para parteiras populares de Minas Gerais e, por último, os encontros e articulações da ReHuNa. Por meio desses caminhos, Tornquist desvela relações entre natureza/cultura, tensões ao redor do mito do amor materno, maternidade hoje e dinâmicas de um movimento político. É um dos primeiros trabalhos a tematizar, na antropologia, a relação entre parto humanizado e feminismos, em seus desencontros e encontros.

Um ano depois, em 2005, é a vez de Heloisa Regina Souza defender sua dissertação de mestrado também no PPGAS da UFSC, sob a orientação de Rafael Menezes, com uma etnografia circunscrita às experiências de parir/nascer em casa a partir da capital catarinense. Nesse esforço investigativo, a autora aborda o parto domiciliar amparado por parteiras urbanas, uma prática que volta a cena atual, mas com outras figurações, pensando-o, entretanto, à luz da teoria sobre ritual no interior da antropologia, tanto a clássica quanto à contemporânea. Interessante é que por meio dessas trilhas, Souza chega às raízes da ideia de “drama social” (TURNER, 1981) e de uma conformação estética da cena de parto em nossos dias atuais. Diante disso, a partir de uma modalidade de parto humanizado, o parto domiciliar ou em casa, Souza pensa a casa, o ritual de

passagem e essa cena no começo do século, descentrando a questão do macro e do movimento social, para o micro e sua composição estético-simbólica.

No mesmo ano, Simone Diniz defende sua tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação da Medicina Preventiva da USP, discutindo a humanização do parto a partir da lógica dos Direitos Humanos e da igualdade de gênero, *Entre a técnica e os direitos humanos: possibilidades e limites da humanização da assistência ao parto* (2005). Essa tese discute os limites do discurso da humanização, pensando-o a partir dos textos e diplomas legais, direitos sexuais e direitos reprodutivos, mas principalmente sobre a sua pragmática. E assim, amplia ainda mais o espectro de análises, haja vista recuperar a dimensão da sexualidade e da violência no parto, tomando a sexualidade enquanto um direito. Dessa maneira, ainda que não seja obra etnográfica ou de cunho etnográfico, ao tecer suas linhas ao redor das relações de gênero dialoga com a antropologia feminista e antropologia que lê as relações de gênero enquanto construto social que organiza mentalidades.

Logo depois, Sonia Hotimsky defende sua tese de doutorado novamente na Faculdade de Saúde Pública da USP. Dessa vez, em *A formação em obstetrícia: competência e cuidado na atenção ao parto* (2007), a antropóloga sanitária concentra suas atenções na formação em obstetrícia e nos jogos e dinâmicas de poder que ela envolve, valendo-se da etnografia e da análise de livros-textos, para pensar sobre os limites da ideia de humanização do parto e do nascimento, porém, a partir da formação daqueles que prestarão assistência às parturientes e gestantes.

No ano de 2008, Soraya Resende Fleischer defende sua tese de doutoramento, *Parteiras, Buchudas e Aperreios. Uma etnografia da prática obstétrica não oficial no Melgaço/Pará*, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, sob a orientação de Claudia Fonseca, que já havia escrito um texto somente recentemente publicado sobre a ideia de “belo parto” nas maternidades francesas onde vige a ideia de “parto sem dor”<sup>13</sup>. Em sua etnografia sobre a prática das parteiras paraenses, Fleischer estabelece relações entre o ideário da humanização do parto operante nos últimos anos, as ONGs feministas que trabalham com a temática da vida sexual e reprodutiva, as práticas de cuidado de parteiras paraenses e os cursos de formação para parteiras do governo federal. No decorrer de suas páginas, revela-nos o cotidiano da atenção obstétrica “não oficial” de Melgaço, quem são as parteiras, seus cuidados e as mudanças que os cursos oficiais podem ou não gerar em sua rotina. Para, além disso, adensa a discussão sobre tradicional/moderno, na medida em que desconstrói e questiona a primeira ideia e nos demonstra os manejos ou usos políticos que as próprias parteiras fazem de tal expressão.

Depois disso, em 2011, concluo minha etnografia, *Cenas de parto e políticas do corpo: uma etnografia de experiências femininas de parto humanizado*, no Programa de Doutorado em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas na UNICAMP. Nesse trabalho, tomo como ponto de partida dois grupos de preparo para o parto humanizado, ou seja, de sua dinâmica e de suas atrizes/atores, para pensar sobre as práticas femininas de parto na atualidade, noção de pessoa, de corpo e de sexualidade feminina na sociedade brasileira. Dessa forma, me conecto menos ao ideário do parto humanizado enquanto movimento e concentro-me mais nas dinâmicas moleculares dessas trajetórias gestacionais e de parto, pensando o feminismo como o que gera, mas como o que também é criticado por tais práticas, tendo por inspiração a leitura wagneriana de cultura enquanto invenção, práticas e extensão constante de significados e universo simbólico. Posso dizer que meu objetivo maior foi compreender e mapear quem seriam essas mulheres adeptas do “parto mais natural”; como se organizavam; o que buscavam; quais seriam as suas razões para essa escolha da

não cesárea e no que podem acrescentar e acrescentam quanto às experiências e vivências de maternidade e de perspectivas de parto no século 21. Desse modo, procurei pensar a vida sexual e reprodutiva como um todo e em suas conexões rizomáticas, no que o parto poderia nos render para compreensão da sociedade contemporânea, relações de gênero, modelo médico, mercado, consumo, mulheres, relações de gênero e ativismo. Para tanto, articulei noções foucaultianas como “cuidado de si”, “processos de subjetivação” e “biopolítica”, sem deixar de, no entanto, fazer o campo sempre falar em primeiro plano.

Desde que terminei minha pesquisa, sigo em contato com o campo de pesquisas sobre o parto nos dias atuais, por meio de notícias e de indicadores, em congressos, publicações recentes e em contato com uma rede de pesquisadoras sobre práticas naturais de parto. Nos últimos anos, o assunto não para de se expandir ocupando a mídia e as redes sociais. Com isso, crescem as adeptas, os grupos, as experiências e os estudos sobre a temática. Por isso, e não poderia mesmo ser diferente, múltiplas têm sido as entradas de reflexão sobre o parto na contemporaneidade, a saber, a ideia de parto orgástico (RIBEIRO, 2008 e CARNEIRO, 2012); os saberes no campo da humanização e outra epistemologia (PORTELLA, 2013); inventários sobre os modos e as narrativas de nascer na atualidade (MULLER, 2013); o movimento da humanização e as redes de mulheres (PIMENTEL, 2013); a configuração de sofrimento e de vítima (PULHEZ, 2013); o uso da internet e a circulação de imagens de parto (CARNEIRO, no prelo), entre tantas outras entradas.

Dessa maneira, o parto humanizado, ou essa outra proposta de parto que não a cesárea, nos permite e tem permitido pensar sobre saberes; movimentos sociais; ativismo; estigma, marcas e violência; narrativas de si; emoções; gênero, maternidades e ciência. Dinamicidade essa que põe em questão o campo, suas conexões e estranhamentos em relação a outras searas de investigação.

Em minha leitura, do que tenho visto não somente em congressos, mas também nas redes sociais e sites orientados a difusão do ideário da humanização do parto, portanto, a antropologia tem ainda muito para pensar sobre e acerca tendo por premissa o ato de parir. No limite, temos a abertura de novos/outros espaços de pesquisa e rendendo frutos para pesquisadoras/es que tanto têm interesse pela antropologia da saúde, quanto também pela antropologia das relações de gênero, da religião, da ciência, da política e das emoções.

## **O pessoal é acadêmico/científico? antropologias, antropólogas e seus partos**

Em agosto de 2013, tive a oportunidade de participar de um grupo de trabalho (GT) em um congresso de renome para a antropologia brasileira, cuja chamada era “Partos, maternidades e políticas do corpo”. Era a primeira vez que um GT específico sobre partos acontecia em uma reunião como essa e que, dessa forma, circunscrevia um espaço de interlocução situado, já que, outrora, tais trabalhos foram apresentados em grupos de trabalho sobre antropologia da saúde, pessoa e corpo, ou no de antropologia das emoções moralidades e sofrimento.

Logo no primeiro dia do congresso, ao chegarmos ao corredor da sala numerada conforme o programa do evento, nos surpreendemos<sup>14</sup> com crianças e bebês à vista. Um congresso de antropologia geralmente, e vale dizer por pura convenção, raramente tem crianças circulando. Tanto que, dentre os mais famosos, somente a RBA (Reunião Brasileira de Antropologia) e o FG (Fazendo Gênero/UFSC) costumam ter espaço para crianças e mães com bebês<sup>15</sup>, como

se, estranhamente, a academia partisse do pressuposto, *a priori*, que mulheres professoras e pesquisadoras não têm filhos, não exercem e não mesmo desejam a maternidade. Algo que, no limite, anuncia a intolerância ou então invisibilidade da questão no/para o campo acadêmico. Ou ainda, reforça as tão conhecidas relações e hierarquias de gênero, segundo as quais aos homens cabe o espaço público e as mulheres os espaços privados. Se isso ou aquilo, antes de aqui querer concluir algo, esse congresso em questão não contava com espaço para crianças. Mas, de maneira espontânea e automática, da parte das participantes e, em seguida, das coordenadoras, o nosso grupo de trabalho em especial (GT) sim.

Dei-me conta disso, ao junto com uma de minhas companheiras de GT<sup>16</sup>, abrir a porta da sala em questão e deparar-me com crianças no chão, brinquedos, mães amamentando, mulheres mais jovens e outras que ali chegavam porque haviam se interessado pela temática. Éramos poucas, mas estávamos presentes. Eu nunca havia visto uma cena daquelas em um congresso. Era como se o doméstico e o público ali tivessem ultrapassado fronteiras e se borrado mutuamente. Algo que, vale notar, certamente acontece de maneira corriqueira na vida de mulheres e mães. Uma das mulheres presentes, que inclusive não participava do congresso e se disse não antropóloga, comentou, ao apresentar-se: “O meu marido é que é o antropólogo. Eu geralmente não vou aos congressos, mas nesse, quando vi esse GT no programa, lhe disse: Nós também vamos com você!”. O nós era ela e a filha de menos de 1 ano de idade.

Outras mulheres, no decorrer dos 3 dias do evento, somaram-se ao GT para tomar conhecimento dos artigos/trabalhos, por curiosidade ou para saber do que se tratava. Entre as curiosas, porém, estavam também as antropólogas acadêmicas e ativistas a um só tempo.

É sobre essas que pretendo aqui pensar, anunciando que o campo da antropologia do parto e do nascimento no Brasil parece, hoje, sofrer uma inflexão que pode render muitos frutos futuramente: o encontro entre vida pessoal e vida de pesquisa, fazendo do “pessoal” não mais somente o “político”, mas também o acadêmico e o investigativo. Nessa nova figuração, barreiras como objetividade/subjetividade se veem desalojadas na produção do conhecimento antropológico. E isso contribui para a reflexão epistemológica do próprio corpo, adensando algo que já constitui a antropologia per si e desde os seus primórdios.

Naquele GT, que inaugurava uma agenda de pesquisa e buscava consolidar um campo de investigação<sup>17</sup>, somente mulheres apresentaram trabalhos. Eram de todas as regiões do Brasil e vinham com teses, dissertações e monografias de conclusão de curso sobre parto, experiências de parto, práticas de cuidado, sistemas de saúde e cotidiano de propostas de humanização na atualidade, entre outras temáticas. Nessas pesquisas vigorava a perspectiva etnográfica.

Nesses dias, estivemos entre trabalhos sobre mulheres urbanas, índias do Centro-Oeste e do Nordeste, mulheres quilombolas, mulheres de outra nacionalidade (bolivianas em São Paulo) e de distintas classes sociais, tendo o parto, no entanto, como mola propulsora da reflexão. Nesse sentido, percebi que o parto foi pensado epistemológica e politicamente por meio da teoria e prática antropológica. Entre uma apresentação e outra, uma criança chorava, uma mãe amamentava e outras a ajudavam apresentar o *paper* enquanto cuidavam de seus filhos. Todas essas passagens pareciam, por elas, serem encaradas com naturalidade; sobretudo, entre as mães, acadêmicas e militantes do parto humanizado. E talvez menos naturalmente entre as antropólogas participantes do GT, mas não mães, jovens pesquisadoras ou mães que, até então, nunca haviam levado seus filhos aos congressos, separando, assim, a maternidade da academia.

Fora da sala, pelos corredores e congresso afora, ouvia-se falar, com surpresa, sobre o GT. Era o “GT que tem crianças”. Não raro, no entanto, se ouviram manifestações de incomodo perante a presença das crianças naquele espaço, como se, numa leitura já bastante retrógrada, lugar de mulher e de crianças fosse bem distante dali, qual seja espaço acadêmico e masculino por excelência, ainda que possamos perceber uma maioria feminina nos últimos congressos.

De outro lado, entretanto, naquela sala, assistimos e ouvimos a essas mulheres, mãe, acadêmicas e antropólogas, algumas feministas, versando sobre o parto no Brasil atual a partir da teoria antropológica e de suas experiências pessoais de parturição. No mínimo, suas experiências de parto humanizado<sup>18</sup>, em casa ou em instituições afeitas a essa ideologia, com ou sem parteiras urbanas, médicas e enfermeiras, haviam despertado o seu interesse para pensar o campo da assistência do parto, das práticas de humanização, sobre noções de pessoa, movimentos sociais, saberes, noção de corpo, pessoa e sexualidade. E assim, me pareciam ali fazer do pessoal o acadêmico e o investigativo, nas raízes de algo semelhante ao que se viu na produção feminista da década de 1980 e, de maneira geral, como um todo, haja vista o pessoal sempre ter sido político nesses ambientes. Porém, nesse momento, com uma clara marca distintiva: fazia-se/faz-se antropologia(s) mobilizada pela experiência pessoal e íntima de parir, conectando público e privado, vida e academia, em nome de, talvez, outra e, mais difícil, epistemologia.

Esse grupo de pesquisadoras deu contornos a uma proposta que pretende se estender para outros congressos brasileiros, o que se verificará RBA de Natal (2014), com o GT de mesmo nome “Partos, maternidades e políticas do corpo” e que ocorrerá no “Congresso de Ciências Sociais e Humanas em Saúde” da ABRASCO, que aconteceu na UERJ nos dias 15 a 17 de novembro de 2013<sup>19</sup>. Em minha leitura, tais esforços e propostas de interlocução parecem refletir os desejos, as necessidades e as dinâmicas da sociedade atual, quando se dispõem a pensar o parto de modo a abrir espaço para diálogos sobre corpo, pessoa, saúde/doença, sexualidade e, mais especificamente, interpretações das recentes “Marchas do Parto em Casa” e difusão do documentário “O renascimento do parto”, de Erica de Paula e Eduardo Chavegnat. Nessa esteira, política, gênero e assistência médica são tematizados, tendo como sombra ou pano de fundo a antropologia e, aqui, a antropologia que passa a ser tecida também a partir da vivência pessoal.

Se, como vi em minha tese (CARNEIRO, 2011), a vida profissional das mulheres que vivem um parto humanizado se vê depois mobilizada, pois muitas se tornam doulas<sup>20</sup>, outros tipos de médicas e ativistas; com antropólogas acadêmicas, professoras e pesquisadoras, o caminho não poderia ser outro. Passam a fazer antropologia influenciada pela vivência pessoal, pondo em cena a árdua tarefa de descrever e aproximar-se, mas também estranhar. Por um lado, pode render frutos para o que seria pensar de perto e de longe, numa inspiração levis-straussiana ou “de dentro e de fora” como pontua Sarti (2010), mas, por outro, pede atenção redobrada para a cientificidade e para a capacidade de realizar a metacrítica ao próprio campo e mundo em que se vê inserido.

De uma coisa, ao menos estou certa. Desses outros modos de nascer e de parir, têm nascido outras antropólogas, outras antropologias do parto e outras relações entre o feminismo, a sexualidade, a academia e a parturição na sociedade atual. E a riqueza de todo esse processo me parece ser a construção de uma antropologia brasileira do/sobre parto à lá as características da própria antropologia brasileira, plural e casadoura de múltiplas influências teóricas; algo que somente lhe confere ainda mais originalidade e densidade.

## NOTAS

<sup>1</sup> Tive o prazer e a honra de coordenar o GT - Partos, Maternidades e Políticas do Corpo lado a lado com Elaine Muller (UFPE) e Fernanda Ribeiro (PUC/RS), na IV REA/XIII ABANNE, em Fortaleza, na UFC, entre os dias 04 e 07 de agosto. Para mais: [www.reaabanne2013.com.br](http://www.reaabanne2013.com.br).

<sup>2</sup> CANESQUI, Ana Maria. 2008. “As Ciências Sociais e Humanas em Saúde na Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva”. *Physis, Revista de Saúde Coletiva*, 18 (2):215-250.

<sup>3</sup> WOORTMANN, Klaas. 1977. “Hábitos e Ideologias Alimentares em Grupos Sociais de Baixa Renda. Relatório Final”. *Série Antropologia 20*. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.

IBÁÑEZ-NOVIÓN, Martin Alberto; IBÁÑEZ-NOVIÓN, Olga C. Lopez de & SERRA, Ordep José Trindade. 1978. “O Anatomista Popular: Um Estudo de Caso”. *Anuário Antropológico*, 77:87-107. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

\_\_\_\_\_. 1983. “Prefácio: Antropologia e Medicina: Algumas Considerações”. In: Martin Alberto Ibáñez-Novión & Ari M. Teixeira Ott (orgs.). *Adaptação à Enfermidade e sua Distribuição entre Grupos Indígenas da Bacia Amazônica*. Caderno CEPAM n. 1. Belém: Museu Goeldi/CNPq. pp. 9-36.

<sup>4</sup> SCOTT, Parry. *Sistemas de Cura: As Alternativas do Povo*. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 1986.

<sup>5</sup> DUARTE, Luis Fernando Dias. 1986. *Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras Urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/CNPq.

<sup>6</sup> VELHO, Gilberto & FIGUEIRA, Sérvulo (orgs.). 1981. *Família, Psicologia e Sociedade*. Rio de Janeiro: Campus.

<sup>7</sup> CARRARA, Sergio. 1994. “Entre Cientistas e Bruxos: Dilemas e Perspectivas da Análise Antropológica da Doença”. In: Paulo Cesar Alves & Maria Cecília de Souza Minayo (orgs.). *Saúde e Doença: Um Olhar Antropológico*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. pp. 33-45.

<sup>8</sup> No Brasil dos anos 2000 vê-se crescer a mobilização e o anseio por um parto humanizado, sendo esse considerado o parto “mais natural possível” (Carneiro, 2011), o não realizado mediante cesárea e no qual as intervenções técnicas e farmacológicas sejam mínimas. Segundo Diniz (2005), muitos são os sentidos da humanização do parto e do nascimento, o termo humanização é “polissêmico”. No entanto, para os nossos interesses basta ficarmos com a ideia de que parto humanizado é aquele onde o desejo das parturientes e dos casais se veem respeitados e no qual, muitas vezes, o que não se quer é o excesso de intervenção e tecnologia. A cesárea é nesses espaços, muito ao contrário, vista como uma violência e uma violação de direitos sobre o próprio corpo e da criança. Enquanto ideário e articulação social conjugam mulheres, casais e profissionais de saúde provenientes de camadas médias, que se organizam, difundem informações e se comunicam mediante blogs, listas ou redes sociais na internet, ainda que também se movimentem politicamente em espaços de reivindicação como passeatas, marchas e audiências públicas.

<sup>9</sup> O Brasil é o recordista mundial no número de cesáreas, com uma taxa de 90% na rede privada e de quase 40% na rede pública (SUS), quando a Organização Mundial de Saúde prevê como ideal somente 15% ao ano. (Jornal Folha de São Paulo, Edição de 20.11.2011, Caderno Equilíbrio).

<sup>10</sup> As mulheres e os profissionais que preferem e defendem o parto humanizado opõem-se veemente ao conjunto de práticas médicas realizadas de rotina nas cenas de parto, a saber: lavagem intestinal, raspagem dos pelos pubianos, hormônio para acelerar as contrações, anestesia epidural, corte da musculatura perineal, rompimento da bolsa e, por último, corte abdominal. Esse é o chamado “efeito cascata” (Carneiro, 2011), uma sequência de eventos na qual um leva ao outro.

<sup>11</sup> ReHuNA é uma organização formal daqueles que militam pela transformação da assistência ao parto no Brasil. É a formalização desse movimento e funciona como uma rede de mobilização para congressos, pesquisas e representação junto às instâncias governamentais. É composta de profissionais e de militantes e surge nos anos 2000 em um encontro no qual se buscava criticar e propor alternativas para a assistência obstétrica prestada em nosso país (Fortaleza, 2003). Para mais, capítulo 1 de Carneiro (2011).

<sup>12</sup> As Casas de Parto geralmente contam com enfermeiras obstétricas e técnicas de enfermagem, atendem partos de baixo risco e têm protocolos específicos. No Brasil, são raras as iniciativas como essas e, quando existem, são duramente criticadas pela classe médica. Nelas prioriza-se o parto vaginal, mas não têm o mesmo caráter de um CPN (Centro de Parto Natural) existentes nos hospitais, posto que neles prevalece a figura do médico. Para mais, Osvaldo (2013).

<sup>13</sup> FONSECA, Claudia. *Anatomia de uma maternidade*. Porto Alegre: UFRGS, 1997. Mimeografado.

<sup>14</sup> Eu e Fernanda Bittencourt Ribeiro (PPGAS/PUCRS) que, juntamente com Elaine Muller (PPGAS/UFPE), coordenávamos essa iniciativa pioneira e afeita às nossas pesquisas e projetos mais recentes.

<sup>15</sup> No caso da RBA a ABA oferece a “Abinha”, espaço destinado aos filhos e filhas de antropólogas e antropólogos que estejam participando do congresso. As crianças nele permanecem sob os cuidados de profissionais para que os pais possam frequentar as atividades do evento.

<sup>16</sup> Fernanda Bittencourt Ribeiro, antropóloga, professora do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio Grande do Sul.

<sup>17</sup> Fernanda Bittencourt Ribeiro, antropóloga, professora do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio Grande do Sul.

<sup>18</sup> Vale dizer que a maioria havia experimentado um parto natural ou “mais natural possível”, evitando a cesárea e os procedimentos de rotina realizados pelos médicos acima mencionados.

<sup>19</sup> Este GT aconteceu sob minha coordenação em parceria com o Prof. Dr. Edemilson Antunes Campos, antropólogo e professor da EACH/USP.

<sup>20</sup> Doulas são as mulheres que auxiliam física e emocionalmente as mulheres que procuram um parto natural. Elas não são enfermeiras, mas profissionais que atendem e sabem sobre partos. Não realizam intervenções ou procedimentos, salvo os não invasivos. Para mais, ver [www.ando.org.br](http://www.ando.org.br).

## REFERÊNCIAS

CANESQUI, Ana M. Notas sobre a produção acadêmica de antropologia e saúde na década de 80. In: Alves, P.C. e Minayo, M.C. de S. (orgs.). *Saúde e Doença: um olhar antropológico*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

CARNEIRO, Rosamaria. *Cenas de parto e políticas do corpo: uma etnografia de experiências femininas de parto humanizado*. Tese (doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Doutorado em Ciências Sociais. 2011.

CARRARA, Sérgio. Entre cientistas e Bruxos: Ensaio sobre os dilemas e perspectivas da análise antropológica da doença. In: ALVES, Paulo Cesar; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Orgs.). *Saúde e doença: Um olhar Antropológico*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994. pp. 33-45.

DINIZ, Carmen Simone Grilo. *Assistência ao parto e relações de gênero: elementos para uma releitura médico-social*. Dissertação (mestrado). Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Departamento de Medicina Preventiva. 1996.

\_\_\_\_\_. Entre a técnica e os direitos humanos: possibilidades e limites da humanização da assistência ao parto. Tese (doutorado). Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Departamento de Medicina Preventiva. 2001.

\_\_\_\_\_. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento In: *Ciência & Saúde Coletiva*, 10 (3). São Paulo, 2005. pp. 627-637.

DUARTE, Luis Fernando. *O nervoso e a construção diferencial de pessoa*. In: *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Jorge Zahar, 1986.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade III. Cuidado de si. São Paulo: Graal, 2004.

GUALDA, Maria Dulce. Eu conheço minha natureza: a expressão natural do parto. SP: Editora Maio, 2002.

HOTMSKI, Sonia. Parto e Nascimento no Ambulatório e na Casa de Partos da Associação Comunitária Monte Azul: Uma Abordagem Antropológica. Dissertação (mestrado). Faculdade de Saúde Pública. USP. Mestrado em Saúde Pública. 2011.

\_\_\_\_\_. A formação em obstetrícia: competência e cuidado na atenção ao parto. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências. Faculdade de Saúde Pública. USP. 2007.

LANGDON, Esther et. al. Um balanço da antropologia da saúde no Brasil e seus diálogos com as antropologias mundiais. In: Anuário Antropológico/2011-I, 2012: 51-89. Brasília: UnB.

MORIN, Júlia. Duas vidas: noções de risco entre parteiras tradicionais de Pernambuco. In: Anais da IV REA/XIII ABANNE. Fortaleza. UFC, 2013. ISSN: **2318-0617**.

MULLER, Elaine. A diversificação das narrativas sobre parto e nascimento como possibilidade de politização e incremento das experiências. In: Anais da IV REA/XIII ABANNE. Fortaleza. UFC, 2013. ISSN: **2318-0617**.

OSVALD, Ticiania. Casas de parto autônomas no contexto brasileiro: conflitualidades e sentidos em torno da humanização de partos e nascimentos. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB. 2014.

PEIRANO, Mariza. Proibições alimentares numa comunidade de pescadores (Icarai/CE). Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB. 1975.

PIMENTEL, Camilla. (Des)hierarquizando os saberes: o protagonismo da mulher no parto. In: Anais da IV REA/XIII ABANNE. Fortaleza. UFC, 2013. ISSN: **2318-0617**.

PORTELLA, Mariana. A dor do parto no contexto da assistência obstétrica brasileira. In: Anais da IV REA/XIII ABANNE. Fortaleza. UFC, 2013. ISSN: **2318-0617**.

PULHEZ, Mariana Marques. Parem a violência obstétrica: a construção das noções de ‘violência’ e ‘vítima’ nas experiências de parto. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 12, n. 35, pp. 544-564, Agosto de 2013. ISSN 1676-8965.

RODRIGUES, Laís. A eficácia simbólica na cesárea: uma reflexão sobre poderes e agência. In: Anais da IV REA/XIII ABANNE. Fortaleza. UFC, 2013. ISSN: **2318-0617**.

SALEM, Tania. O casal grávido. Disposições e Dilemas da parceria igualitária. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SARTI, C. A. 2010. Corpo e doença no trânsito de saberes. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 25, p. 77-91.

SOUZA, Heloisa Regina. A arte de nascer em casa: Um olhar antropológico sobre a ética, a estética e a sociabilidade no parto domiciliar contemporâneo. Dissertação (Mestrado). PPGAS-UFSC, Florianópolis, 2005.

TORNQUIST, Carmen Susana. Parto e Poder. O movimento de humanização do parto no Brasil. Tese (Doutorado). PPGAS-UFSC, Florianópolis, 2004.

\_\_\_\_\_. “Humanização do Parto: entrevista com Robbie Davis-Floyd”. In: Revista de Estudos Feministas. Florianópolis, v. 10, 2002.

TURNER, Victor. O processo ritual. Estrutura e Antiestrutura. Petrópolis: Editora Vozes, 1974.

\_\_\_\_\_. Drama, Fields and Metaphors: Symbolic Action in Human Society.  
Ithaca and London: Cornell University Press, 1974.